



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 205

**ATORES COLETIVOS COMO AGENTES DE MUDANÇAS
SOCIAIS NA AMAZÔNIA**

Josep Pont Vidal

Belém, Dezembro de 2006

ATORES COLETIVOS COMO AGENTES DE MUDANÇA SOCIAL NA AMAZÔNIA

Josep Pont Vidal

RESUMO

O texto expõe o papel decisivo dos atores coletivos como agentes de mudança. Sob uma perspectiva teórica, o texto analisa as contribuições e instrumentos dos atores coletivos na Amazônia. Entre estes agentes se encontram os movimentos sociais e políticos, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os grupos de interesse. O texto também expõe o papel e a função destes agentes sociais para impulsionar, promover ou frear a mudança social na Região Amazônica.

INTRODUÇÃO

Os atores ou agentes sociais são os impulsores e “criadores” da mudança social. Para analisar o papel de cada um deles, o texto foi dividido em três partes. Na primeira parte, se analisa o papel dos atores coletivos nos aspectos de finalidade e estrutura. Na segunda parte, analisam-se os movimentos sociais e os pontos de vista teóricos interpretativos que explicam sua emergência nas sociedades atuais. Também se analisam as diferenças e similitudes entre movimentos sociais e políticos. Na terceira parte, são analisados o papel e a função das ONGs como novos agentes de mudança social.

O estudo da mudança social é um dos elementos centrais da sociologia e está ligado a aspectos como a estrutura de uma sociedade, as instituições, a vida cotidiana e os atores ou agentes sociais que o impulsionam.

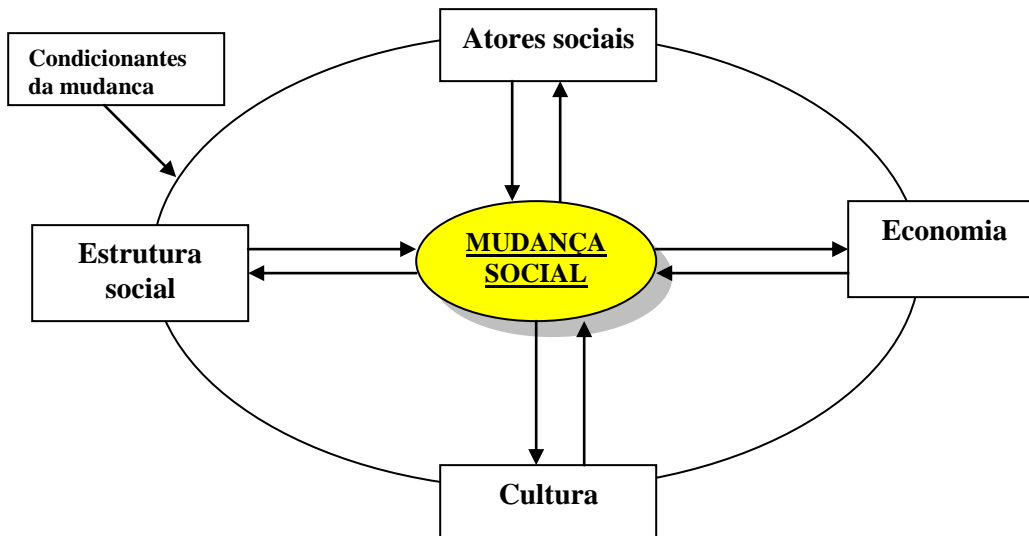
Como introdução, é preciso expor algumas diferenças de significação entre os conceitos de mudança social, estrutura social, mudanças estruturais e mudança política. Como mudança estrutural se entendem as transformações que não afetam o conteúdo das desigualdades sociais. Assim, uma sociedade pode trocar algumas estruturas sócio-políticas sem que alterem as desigualdades sociais. Por outro lado, a mudança política pode afetar a estrutura social de um país, já que permite que se constituam organizações e grupos de interesse com os empresariais, profissionais ou sindicais, que atuam frente ao Estado.

Até mesmo o Estado pode atuar como agente de mudança através de políticas sociais e públicas dirigidas aos setores menos favorecidos da sociedade. Como exemplos de mudança política, podemos citar os processos de democratização de diversos países (Portugal, 1974; Espanha, 1975; Brasil 1982-1986) ou as conseqüências políticas e sociais derivadas da queda do Muro do Berlim (1989). Em todos os processos de mudança (social ou política) mencionados os atores sociais aparecem como determinantes.

As teorias sociológicas sempre tentaram descobrir as causas, as tendências e a complexidade dos processos de novas propriedades sociais. Na teoria sociológica se desenvolveram duas grandes concepções: a do consenso, que mostra que a mudança social tem lugar a partir do consenso entre os

atores; e a do conflito, que interpreta a mudança social como produto do conflito de interesses entre os diversos atores. O ponto em comum destas teorias se constitui no papel decisivo dos agentes e atores coletivos como impulsores da mudança social.

Figura 1. Atores e agentes que impulsionam a mudança social e sua interrelação



ATORES COLETIVOS

Os atores coletivos são vários: os movimentos sociais, os grupos de interesse, os movimentos políticos, as ONGs e as associações. Há autores que mencionam também os meios de comunicação social como agentes de formação da opinião pública. Entretanto, os atores coletivos constituem um grupo heterogêneo de interesses, finalidades e objetivos. É necessário se destacar que há diferenças entre os objetivos de um movimento social (transformação cultural da sociedade), de um grupo de interesse (defesa dos ideais corporativistas) e de um partido político (defesa do ideário e do programa) (quadro 1).

Quadro 1. Tipologia de atores coletivos

		Partido	Grupo de interesse	Movimento social
Crítérios	Estruturação	Forte, estável e permanente	Forte, estável e permanente	Variável e em diferentes graus
	Composição social	De homogênea a heterogênea	Homogênea	Heterogênea
	Discurso	Global	Setorial	Transversal
	Âmbito de atuação preferente	Convencional e institucional (Parlamento)	Rede de formação de políticas públicas Agendas políticas	Mobilização social e ação não convencional

Fonte: elaboração própria e inspirada no J.M Vallés, 2001.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao se definir as características do movimento social existe certa unanimidade nas ciências sociais em alguns aspectos. O movimento é interpretado como “ator coletivo”, com “determinada continuidade”, que se apóia numa elevada “integração simbólica” (RASCHKE, 1985, p.17), com formas variáveis de ação e de organização (OFFE, 1988, p.177) e com atuações política e social à margem das organizações políticas tradicionais (Félix TEZANOS, 1987, p.151) ou também “não institucionais” (OFFE, 1988, p.174). Da perspectiva da ação individual, estes movimentos implicam o desenvolvimento da “busca da identidade” (MELUCCI, 1985; 1989; LARAÑA, GUSFIELD, 1994; RIECHMANN; FERNANDEZ BUEY, 1994).

Para se definir os movimentos sociais, é necessário compreender os seguintes componentes constitutivos:

- Uma coletividade de pessoas atuando de forma coesa.
- O fim compartilhado da ação coletiva é alguma mudança da sociedade, definido de forma parecida pelos participantes.

- A coletividade é relativamente difusa, com um nível de organização formal.
- As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade, tomando formas não institucionalizadas e não convencionais.

Algumas definições clássicas de movimento social:

“Empresas coletivas destinadas a realizar mudanças na ordem social” (BLUMER, 1962).

“Esforços coletivos destinados a modificar normas e valores” (SMELSER, 1962).

“Uma das formas principais através das quais a sociedade se reconstitui” (BLUMER).

“Criadores de mudança social” (KILLIAN, 1964).

“Atores históricos” (TOURAINÉ, 1977).

“Agentes transformadores da vida política” e “portadores de projetos históricos” (ADAMSON e JAMISON).

“Movimentos de massas e o conflito que geram são os agentes primários da mudança social” (ADAMSON e BORGOS, 1984).

Diferentes autores tentam explicar o fenômeno da desmobilização da participação política tradicional entre a população européia. Claus OFFE (1988) estabelece as seguintes causas: o desenvolvimento de novas formas de organização e de participação cidadã que vêm acompanhadas com a emergência dos denominados "novos movimentos sociais"; os casos de corrupção política que chegam ao conhecimento da população; e o interesse da cidadania por temas de caráter monotemático que ultrapassam o esquema tradicional de direita-esquerda. Offe, apoiado na mudança secular de valores e na “revolução silenciosa” anunciada por Inglehard, explica estes fenômenos a partir da mudança que se produziu entre a cidadania do “velho paradigma” para a de um “novo paradigma”.

GIDDENS (2004, p.660) classifica os movimentos sociais entre movimento de transformação, movimento reformistas, movimento redentores e movimento de alteração. Para ele, o de transformação seria o mais parecido ao político. Porém, esta definição não fundamenta a que tipo de transformação o autor se refere: política, social, econômica, cultural ou de valores, cuja interpretação é baseada na tese da mudança secular de valores “materialistas” e “pós-materialistas” anterior à “revolução silenciosa” desenvolvida por INGLEHART (1991).

Quadro 2. As características principais dos paradigmas “velho” e “novo” da política.

	“velho paradigma”	“novo paradigma”
Atores	Grupos socioeconômicos atuando como grupos (em interesse do grupo) e envolvidos em conflitos de distribuição.	Grupos socioeconômicos não atuando como tais, a não ser em nome de coletividades atribuídas.
Conteúdos	Crescimento econômico e distribuição, segurança militar e social, controle social.	Manutenção da paz, entorno, direitos humanos e formas não alinhadas de trabalho.
Valores	Liberdade e segurança no consumo privado e o progresso material.	Autonomia pessoal e identidade, em oposição ao controle centralizado, etc.
Modos de atuar	A) Interno: organização formal, associações representativas a grande escala. B) Externo: intermediação pluralista ou corporativista de interesses, competência entre partidos políticos, regra da maioria.	A) Interno: informalidade, espontaneidade, sob grau de diferenciação horizontal e vertical. B) Externo: política de protesto baseada em exigências formuladas em termos predominantemente negativos.

Fonte: C.Offe, Partidos políticos y nuevos movimientos sociales, 1988.

Entretanto, outros autores também partidários da teoria da mudança de valores analisam este processo de forma histórica a partir do papel dos partidos políticos. Segundo essa interpretação, a função que tinham os partidos políticos – especialmente os católicos e socialistas - durante a primeira metade do século XX, desapareceu na atualidade. Os partidos políticos tinham a função de filtrar os seus dirigentes e de unir os que governavam às massas, aos simpatizantes e aos militantes da legenda. Tratava-se de

partidos fortemente ancorados na sociedade, os quais influenciavam intensamente não tão somente no plano político como também no normativo e cultural. O partido mobilizava os militantes e simpatizantes até para momentos difíceis como, por exemplo, a aprovação de medidas impopulares. O partido podia confiar na lealdade incondicional de seus núcleos de militantes.

No final da década de 60 e início da década de 70, rompeu-se a conexão tradicional entre o partido e as bases sociais originais que o apoiavam. Explicações sobre este fenômeno foram profundamente analisadas, mas, neste texto, serão mencionadas de forma resumida. As pessoas, especialmente os jovens, se tornaram mais independentes e aboliram a visão do mundo na qual não havia espaço para as grandes teorias. Assim, as organizações políticas que representavam a segurança coletiva dos interesses também definharam. A partir disso, as elites políticas perderam, aos poucos, seus vínculos com a sociedade e, em consequência, os partidos se distanciaram das pessoas. O desamparo social foi compensado com fortes subvenções estatais e um aumento do número de funcionários nas instituições estatais e paraestatais. Isso distanciou, ainda mais, os partidos dos cidadãos. Ao final deste processo, os partidos políticos se limitavam ao recrutamento de pessoal para ocupar os postos do parlamento e do governo.

Com base na definição do cientista político alemão RASCHKE (1984), compreende-se por movimento social uma organização estruturada e identificável, com elevada integração simbólica, que agrupa os membros na defesa ou promoção de seus objetivos, que podem originar mudanças sociais ou impedi-las.

A partir desta definição podemos extrair os seguintes elementos que caracterizam um movimento social: mobilização, continuidade e fases de desenvolvimento, elevada integração simbólica, baixa especificação de róis, formas de organização e de ação variáveis, e finalidade. Estes elementos ajudarão a entender qual o tipo de movimento social ou de ação coletiva a que me refiro:

- **Mobilização:** ação continuada dirigida à busca de suporte por parte da população para poder continuar sendo um movimento. No Movimento dos Sem-Terra (MST), a população e as associações atuaram como elementos mobilizadores da maioria dos trabalhadores rurais brasileiros.

- **Continuidade:** um determinado grau de ações e atividades mostra que um movimento se mantém vivo. Um movimento desaparece quando alcança seus objetivos ou se institucionaliza. As ações executadas pelo MST (marchas até Brasília, ocupações de terras, manifestações públicas e atos diversos) mostram que o movimento se mantém vivo. Outros movimentos sociais - como o das mulheres, o de meninos e meninas da rua e o de igualdade racial - devem se expor à continuidade para que continuem existindo.

- **O desenvolvimento dos movimentos,** foi intensamente estudado por RAMMSTED (1977) e OFFE (1990). Segundo o autor, o ponto de partida de um movimento social é uma “crise social”. Como crise se entende uma situação em que as contradições estruturais e imanentes do sistema (social ou político) afetam, até mesmo, a identidade social dos cidadãos, que passa a ser questionada. Há dois aspectos

constitutivos como elementos característicos destas situações de crise: o primeiro mostra que o problema apresentado não pode ser resolvido mediante os meios rotineiros; e o segundo aponta que, em longo prazo, se estabelece um vínculo entre as formas da vida cotidiana e a ação dos indivíduos com necessidade social para que os resultados de uma ação coletiva promovam as mudanças. Assim, a solidariedade aparece como "necessária" entre os cidadãos afetados.

Rammstedt indica duas condições gerais para que esta situação subjetiva de experiência de uma crise seja assumida, de forma coletiva, pelos cidadãos. Em primeiro lugar, que se veja frustrada uma expectativa crescente por parte da população, de tal forma que isso provoque uma percepção da crise a níveis individual e coletivo. Em segundo lugar, a existência de uma norma generalizada que crie tal situação coletiva, que a carência ou situação injusta que causa a crise seja exposta de forma pública.

Estas condições para a aparição de um movimento social foram expostas por MAX-KAASE (1992, p. 123-149) na denominada "deprivação política", referindo-se ao sentimento coletivo, segundo o qual, percebe-se uma situação de carência ao cumprimento das demandas da cidadania. Frente a esta situação encontramos a denominada "deprivação relativa", que se refere a situações concretas experimentadas pelos cidadãos como o desemprego por longo período de tempo.

O complemento do conceito de "deprivação política" constitui a amostra da função da organização social e das redes de relações existentes entre os indivíduos. O elemento novo constitui as contradições provocadas por uma "crise social" como ponto de início de um movimento social.

Na ciência política o conceito de movimento social esteve intimamente vinculado aos conceitos "associação" e "grupos de interesse" e foi estudado a partir da década de 50. Dentro da tradição do estatismo e do estudo da natureza e existência das associações, os grupos de interesse foram vistos como um perigo para a completa soberania do Estado.

Da ciência política, Joaquim RASCHKE (1985, p.105-116) aborda a temática de movimentos sociais a partir de uma perspectiva histórica, em que tenta estabelecer uma delimitação entre o movimento social e o político. Não parte de uma definição clara entre movimentos sociais e políticos. O elemento determinante será a orientação do movimento, ou seja, a finalidade é a conquista do poder político ou apenas as trocas culturais.

Raschke conceitua o social como "movimento orientado culturalmente" e o político como "movimento orientado ao poder". O autor desenvolve a tese de que cada época corresponde a um tipo ideal de movimento. Para isso estabelece as "fases de desenvolvimento" - pré-industrial-modernizante, industrial e pós-industrial -, que determinam o surgimento de diferentes tipos de movimentos sociais.

O cientista político Otto Stammer aponta que o "movimento social" tem o papel de promover a "mudança fundamental da ordem social" (STAMMER, 1955, p.305). Além disso, o autor classifica e relaciona os movimentos sociais em dois contextos diferenciados: por um lado, em estreita relação com o movimento socialista e, por outro lado, com a chamada pesquisa do totalitarismo.

Os "partidos democrático-socialistas" estão vinculados aos movimentos sociais no campo "de ideais e em nível pessoal", tendo, à diferença dos outros partidos políticos, muito mais que "uns fins políticos limitados". Esta função atribuída aos movimentos sociais modernos trará consequências aos movimentos totalitários e à pesquisa sobre o totalitarismo. Por outro lado, no que se refere ao estudo dos atuais movimentos sociais, vincula a mudança estrutural das sociedades ocidentais com a pesquisa sobre o totalitarismo: "A finalidade da politização da sociedade com a ajuda de um sistema de planificação das ações sócio-políticas que, segundo Heberle, caracteriza como sociedades impulsionadas pelos *social movements*, abarca todos os campos do domínio".

No final da década de 70, irrompem, nas democracias sociais, os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS)¹. Os NMSs compreendem "temáticas" como a ecologia, a energia atômica, a mulher ou a paz entre outros e se constituem, principalmente, em torno "dos três movimentos": o feminista, o ecologista e o pacifista. Estes três movimentos estariam situados entre uma "orientação ao poder" e "orientação cultural", onde o movimento alternativo se constitui no mais inclinado a uma mudança cultural de valores e, portanto, não orientado ao poder.

A definição de Raschke, embora contribua para uma tipologia vinculada de acordo com a orientação do movimento – "ao poder" ou "cultural" -, não esclarece qual o fato intrínseco que determina que um movimento se classifique como "social" ou "político".

Quadro 2. Divisão da sociedade nos três subsistemas e a orientação de cada movimento social (segundo Habermas, 1977; Offe, 1973).

Sociedad e en sua totalidad e	Definição	Orientação de alguns movimentos sociais em Brasil e na Amazônia
Subsistema econômico	Comporta a força da organização social: o desenvolvimento capitalista é visto como dinâmico e determinante para a totalidade da vida pública e privada.	<p>Movimento operário tradicional Basicamente obter uma transformação econômica e social a partir da mudança de estruturas econômicas.</p> <p>Movimento operário atual Assegurar algumas condições de vida para os trabalhadores a partir de aumentos salariais e serviços sociais.</p> <p>Movimento sindical "A dimensão do poder não é considerada fator muito importante no</p>

¹ Para melhor descrição dos diferentes movimentos que constituem os NMSs consulte C.Offe. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*, pág. 163-173. Madrid: Editorial Sistema, 1988.

	<p>sindicalismo. Em geral, a luta pelo poder é entendida pela classe trabalhadora como uma tarefa preferencialmente dos partidos políticos do que do movimento sindical” (Sandri, 42).</p> <p>Movimento operário “Movimento operário e camponês têm sua dinâmica de ação coletiva vinculada fundamentalmente a uma posição específica na estrutura produtiva da sociedade” (Pádua,p.70).</p> <p>Movimento dos Sem-Terra “Exige do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários” (Rrzybowski, p.24).</p> <p>Lutas indígenas “Uma grande questão ligada á disputa de terras e demarcação em toda a Amazônia” (Rrzybowski, p. 31).</p> <p>Movimentos dos operários do campo</p> <p>Movimentos dos camponeses integrados “Contra a subordinação e exploração embutidas nas condições de produção e comercialização de seus produtos” (Rrzybowski, p. 38).</p> <p>Movimentos dos camponeses pela terra “Oposição á expropriação imposta pela expansão capitalista” (Rrzybowski, p. 18).</p> <p>Alternativas de produção: mulheres “Lutar contra a sua exclusão e/ou subordinação ao capital devem lutar tanto por terra como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo” (Rrzybowski, p. 46).</p> <p>Movimentos populares</p>
--	---

		<p>“A maioria dos movimentos populares lutaram por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos. Ou seja, necessidades sociais materiais, básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares” (Gohn, 2004, p. 228).</p> <p>“Na América Latina foram basicamente os direitos econômicos, elementares de sobrevivência humana” (Gohn, 2004, p. 229).</p> <p>Movimento autonomista (Pará)</p> <p>“O que pretendem as elites do oeste do Pará é a construção de condições de concorrência mais vantajosas dentro do jogo histórico em que já são atores, e ganhadores” (Sena Dutra, 1997, p 142).</p>
Subsistema político-administrativo	<p>Identificado como ponto central da ação dos movimentos sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> - mobilização de recursos - institucionalização - organização 	<p>A luta por prefeituras democráticas</p> <p>“Aspiram à descentralização da vida municipal” (Jacobi; Nunes, 1985, p. 172)</p> <p>Movimento de Saúde</p> <p>“Representa uma forma mais desenvolvida desde padrão comunitário, misto organizacional de questionamento das práticas centralizadas e burocratizadas, com forte influência do modelo das CEBs” (Jacobi, p.152).</p> <p>Possibilitam a acumulação de conhecimento sobre o tema saúde, criando condições para a formulação de demandas ao poder público” (Jacobi, p. 152).</p> <p>MST</p> <p>“Ocupam uma fazenda, mas quando estão ali, solicitam ao governo a expropriação e concessão dessas propriedades, segundo marca a Constituição” (Walter Goobar, 1998).</p> <p>Movimentos sociais urbanos</p> <p>Estão relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas em suas dimensões cotidianas (Jacobi, 13).</p>
Subsistema sócio-cultural	<p>Implantação de novas formas de orientação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a vida - o trabalho 	<p>Movimentos ambientalistas</p> <p>“Os movimentos ecológicos são parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da ética utilitarista. O ecologismo critica o utilitarismo na apenas nas relações ao interior da sociedade (como faz o marxismo) mas também e fundamentalmente</p>

	<p>- o consumo</p> <p>Novas formas alternativas de produção e de vida.</p>	<p>nas relações sociedade-natureza” (Pádua, 69).</p> <p>Movimento das barragens</p> <p>“Um aspecto fundamental no movimento de barragens diz respeito ao resgate de elementos sócio-culturais, definidores do grupo atingido, em associação à luta pela terra” (Rrzybowski, p. 26).</p> <p>Movimento de trabalhadores rurais</p> <p>“Se trata de recuperar o processo em sua polaridade dialética: negação e independência em relação aos outros/afirmação e construção de uma identidade social própria” (Rrzybowski, p. 54).</p>
--	--	--

As características específicas, os objetivos e o elevado grau de participação cidadã mostram que estes movimentos superam a definição de NMSs (OFFE, 1988; DALTON; KUECHLER, 1992, LARAÑA, 1994, entre outros) que desapareceram em meados da década de 80. Jürgen Habermas, através do ensaio *El fin del estado del bienestar y el agotamiento de las utopías*, apontava que este tipo de movimento era um tema histórico, assim como Claus Offe, quando observa que “*cuyo interés es casi histórico*”.²

Posteriormente, cientistas sociais etiquetaram o conceito de “novíssimos movimentos sociais” para denominar os movimentos de solidariedade internacional, “ocupas” (ocupantes de casas abandonadas), antiracismo, entre outros, surgidos no começo da década de 90.

GRUPOS DE INTERESSES

Dentro da enorme quantidade de atores coletivos nas denominadas “*postparliamentary democracy*” (1979), “sociedades do conhecimento” (ETZIONI) ou “sociedade de rede” (CASTELLS, 1997), os grupos de interesses se destacam e adquirem importância. Nos países europeus, são os denominados de *lobbies*. O fenômeno é tão crescente que alguns autores afirmam, inclusive, que nos encontramos na “sociedade das organizações” (ALEMANN, v.1996).

Os grupos de interesses fazem parte da nossa vida cotidiana. Hoje, existem as organizações empresariais, agrícolas, sindicais, classistas e até de pais e mães de alunos. Mas, esses grupos só formam e influenciam a opinião pública e pressionam o poder público se mantiverem relações com os cidadãos e

² Entrevista realizada com Claus Offe. *Àmbits de Polítiques i Sociologia*. Barcelona, UAB, núm. 3, hivern 1986-87.

com as próprias organizações governamentais. Além disso, os grupos precisam criar redes e federações nacionais e internacionais para poder alcançar os seus objetivos.

Estas redes foram interpretadas e conceituadas de diferentes formas. SCHERER-WARREN (1995, P. 178-179) define-as como “partes de um tecido social movimentista que envolve movimentos propriamente ditos, ONGs e até certos espaços de representação institucional”. Sobre a função que exercem, GOHN (2004, P. 319) afirmou: “Importa menos a presença de movimentos sociais enquanto estruturas específicas ou organizações, e mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública”.

Sobre o papel dos grupos de interesses nas sociedades contemporâneas, o cientista político alemão Theodor ERSCHENBURG (1955) apontou que os "grupos de interesses egoístas" das associações deslegitimizam a "autoridade do Estado", já que escavam as condições necessárias para o consenso político dos sistemas democráticos.

Sob a perspectiva das teorias do pluralismo apareceram críticas a este modelo. Os defensores da visão do pluralismo propõem a tomada da decisão política adequada, perguntando-se sobre as condições em que têm lugar nas democracias modernas. A democracia de massas deixa o indivíduo impotente, tendo somente duas opções para sua integração política: identificar-se com um sistema de dominação totalitário ou assumir o valor de participar da sociedade - *civil society* - dividida, por sua vez, em diferentes grupos de interesse.

Investigações realizadas durante a década de 80 deram enorme importância aos grupos de interesse em sua relação com os NMSs. Ao examinar o fenômeno dos NMSs, os investigadores vêem que estes não são grupos organizados de forma hierárquica, como tampouco têm os partidos políticos e o Parlamento como destinatários principais.

MOVIMENTOS POLÍTICOS

Surgem ambigüidades e contradições na hora de se conceituar os movimentos políticos. A partir de diferentes pontos de vista teóricos, sociólogos e cientistas políticos contribuem com definições vagas, imprecisas e até contraditórias sobre o “movimento político”. Há autores, por exemplo, que entendem até o islamismo como movimento político e não religioso (MELLÓN, 1998, p.11).

Giancarlo PASQUINO (1988, p.278) oferece-nos uma aproximação ao conceito de movimento político ao classificar os movimentos sociais como “reivindicativos”, “políticos” e “de classe”. Centrando-se nos movimentos políticos, diferencia-os de outro tipo de movimentos por “incidir na modalidade de acesso aos canais de participação e de transtornar as relações de força” (Ibid., 1988, p.278).

Sob outra perspectiva, mencionam-se os movimentos políticos para diferenciá-los dos movimentos sociais e religiosos. Ao definir o termo “movimento político”, surge a conceituação de “movimento ideológico radical” para se descrever o regime nacional- socialista alemão, enquanto que

GUSFIELD (p.272) analisa os movimentos políticos sob a perspectiva dos processos weberianos de auto-manutenção das organizações.

A partir da definição “milenarista”, pode-se entender como movimentos de transformação as diferentes experiências revolucionárias e as mobilizações populares da América Latina. Diferentes investigadores partem desta perspectiva e estabelecem um vínculo entre movimentos populares e mudanças revolucionárias. Neste sentido, ROSEMANN (1991, p.305) atribui aos movimentos populares e às diversas “frentes” revolucionárias que governaram ou tiveram um papel importante nos países da América Central durante a década de 80, um “caráter popular, democrático, nacional e anti-imperialista” (ROSEMANN, p. 235). Nesta explicação se estabelece um vínculo entre movimento político e o caráter “nacional” ou de liberação nacional deste tipo de movimento.

O conceito de movimento político oferece uma série de ambigüidades na hora de se analisar a ação e o político. As condutas coletivas, o papel do político e o poder já foram amplamente analisadas (KITSCHOLT, 1985; OFFE, 1985), assim como sua vinculação com a prática política dos novos movimentos sociais. Mas é necessário esclarecer certas questões conceituais sobre o que é e o que se entende por político; e como se desenvolve a ação humana para se falar sobre a existência de um movimento político. Estas questões nos levam a entrar no campo da filosofia política atual.

A excessiva insistência dos novos movimentos sociais sobre a qualidade de vida engendrou o fortalecimento dos “apolíticos”. Este aspecto é observável nos objetivos do movimento ecologista, centrado em reivindicações ambientalistas e de preservação das espécies, ou do movimento pacifista na Europa, cuja finalidade é a de se evitar uma nova confrontação militar no continente europeu.

Estudos sobre os movimentos sociais mostram que estes pertencem a um campo de conflitos sociais no que se debatem as formas de controle sobre o indivíduo e que contribuiriam à emancipação do espaço normativo sensível à racionalidade simbólica e comunicativa (Habermas, 1987). Embora estas lutas tenham um caráter político, a questão política segue revelando-se como ambígua. As lutas contra as normas e as regras sociais, contra os poderes disciplinadores da sociedade moderna atual e contra os fundamentos restritivos do poder não são sempre iguais. Em diferentes situações históricas, as situações material e existencial de muitos grupos sociais e populacionais mostraram que, embora reuniam as condições objetivas e externas para uma luta política, as reivindicações deles não ultrapassavam ações pontuais, mostrando que não havia uma resposta e uma construção positiva do político. Assim, nem toda revolução democrática que tem lugar nos diferentes espaços sociais é necessariamente uma democratização efetiva do político.

Como as lutas sociais se convertem em lutas políticas e constroem um sistema de ação político? Nas lutas contra a opressão e em defesa da igualdade e da democracia, é possível observar que não há uma democratização automática e efetiva do político. Alguns movimentos sociais que surgiram nos anos 80, conseguiram obter, em parte, o objetivo da democratização, como é o caso – já apontado por OFFE - da politização de temas que haviam sido considerados não políticos.

Nos anos 90, os movimentos sociais não se aprofundaram na "democratização do político". Atuaram mas como movimentos de "defesa" e de "reação", como aponta TOURAINE (1997), referindo-se à mobilização de desempregados na França entre 1997 e 1998 e à revolta dos imigrantes em 2005. Estas lutas sociais não são por uma nova organização global do social. Entretanto, a constituição em movimento político significa que os participantes de tal movimento (agentes sociais, indivíduos, partidos políticos, etc.) assumem a existência de uma situação social ou política dada que desejam trocar ou modificar, para passar a outra situação social que corresponda a seus anseios.

O surgimento de um desejo político explícito que determine a vontade de mudança se constitui no elemento subjacente da transformação. Neste sentido, o movimento político não se conheceria por si mesmo, mas sim pela constituição orgânica que adquire.

É possível definir como movimento político um ator coletivo originado a partir de causas objetivas externas, apoiado em ato institucional com intenção de mudança, no que seus membros, de forma individual ou organizados em um grupo, expressem sua intenção de atuar em conjunto para transformar uma situação social criada mediante o alcance do poder político.

Veja abaixo algumas elucidacões a respeito desta definição:

Causas objetivas externas: A base para a formação de um movimento político reside nos contextos social, econômico e político. Diferentes casos históricos nos mostram que a ação coletiva se inicia a partir da apreciação coletiva da incapacidade dos sistemas econômico e político de dar as respostas adequadas a uma determinada situação de crise generalizada que se expressa com um descontentamento cada vez mais amplo.

Ato institucional com intenção de mudança: Todo movimento político possui um elemento subjacente: o ato institucional. Neste ato se expõem os princípios e objetivos do movimento.

Participação individual ou de grupos que existiam anteriormente: A participação em um movimento político pode ser a título individual ou coletivo. O movimento político pode estar constituído por um conjunto de pessoas com mínimo grau de organização; e também pode estar constituído por grupos, partidos ou plataformas previamente existentes, os quais se constituem formalmente mediante ata ou ação simbólica institucional.

Grau de organização: Os movimentos políticos geralmente estão formados por um conjunto ou rede de organizações que exige elevado grau de estruturação e centralização interna. Essas características são essenciais para que se tenha acesso ao poder político e se consiga promover a mudança política e social.

Transformar uma situação mediante o poder político: Diferente dos movimentos sociais, cuja finalidade não costuma a ser alcançar o poder político, os movimentos políticos têm como objetivo prioritário a mudança social a partir da conquista do poder político.

A partir desta definição, adotada por diferentes cientistas sociais (Kornhauser e Duverger), pode-se notar semelhanças em determinadas características dos diferentes movimentos políticos, sejam eles de direita ou de esquerda. Potencialmente, a constituição de um programa ou de uma frente política é o

elemento essencial para a consolidação do movimento político. A partir desta conceituação, encontramos exemplos históricos de movimentos políticos de direita e de esquerda.

Nos países da América Latina tiveram lugar, nas últimas décadas do século XX, numerosos movimentos políticos. Em muitos casos, o movimento político é representativo das unidades orgânica e estratégica das organizações que o compõem. Nos países da América Central, constituem-se movimentos políticos a Frente Faribundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), em El Salvador; a Frente Sandinista de Libertación Nacional (FSLN), na Nicarágua; e a Unidad Revolucionária Nacional Guatemalteca (UGNG), na Guatemala, entre outros exemplos. A composição social destes movimentos políticos é heterogênea: cristãos de base, minorias étnicas, camponeses, proletariado rural, jornalheiros, sindicatos, partidos e organizações político-militares.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS ASSOCIAÇÕES

Para se definir o que é uma Organização Não Governamental (ONG), é necessário recorrer à síntese das seis características apontadas por diversos autores (PETRUS, 1991; SALAMON E ANHEIER, 1992; CASEY, 1996), que combinam aspectos jurídicos, econômicos e sociais:

- 1) Estrutura formalizada.
- 2) Autonomia institucional com respeito às administrações.
- 3) Sem fins lucrativos.
- 4) Valores associativos e organização participativa.
- 5) Participação do voluntariado e de profissionais contratados.
- 6) Atuação nos âmbitos da saúde, cultura, educação, lazer e sociais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos clientes.

Sobre o papel das ONGs, embora seja difícil caracterizá-lo, já que algumas não respeitam suas atribuições, há quatro posturas diferenciadas:

- A) As ONGs como forma de organização que combina aspectos empresariais (a eficiência, por exemplo) com os de interesse público (a responsabilidade, por exemplo). (ETZIONI, 1973).
- B) As ONGs como estruturas que relacionam o público e o privado (BERGER E NEUHAUS, 1977).
- C) Como instrumento de sustentação da democracia (KRAMER, 1981).
- D) A partir de lógicas multidimensionais que determinam os papéis das ONG em função das ideologias dominantes na sociedade (TAYLOR, 1992).

A maioria dos autores coincide nos seguintes aspectos básicos: prestação de serviços; inovação; preservação de valores democráticos e promoção de mudança de políticas.

a) Prestação de serviços:

A maior parte dos serviços oferecidos pelas ONGs vem de subvenções das administrações públicas e do pagamento feito por parte da clientela. Entre os serviços mais comuns oferecidos pelas ONGs estão os relacionados com a qualidade de vida (educação, atenção ao idoso, bem-estar social, saúde, cultura, meio ambiente e lazer). Na última década, surgiram associações que prestam serviços unicamente à imigrantes.

b) Inovação:

A inovação constitui um dos aspectos fundamentais das ONGs. Inovar representa projetar novos serviços, detectar em que aspectos os serviços oferecidos tradicionalmente não são suficientes ou são obsoletos, e reivindicar à administração pública a elaboração e extensão de políticas sociais nas áreas onde não existem. O papel inovador das ONGs provém basicamente dos seguintes fatores: ausência de burocracia e participação de ativistas.

c) Preservação de valores democráticos:

Numa sociedade democrática, as ONGs cumprem a finalidade de oferecer coesão social e de manter o pluralismo e a participação cidadã em outros canais que não são os partidos políticos. Algumas associações erraram ao elaborar projetos com pouca participação popular ou antidemocráticos ou cuja finalidade foi aumentar o número de sócios e de doações através de campanhas publicitárias de escasso valor ético. Nos últimos anos, a elaboração e aprovação de códigos éticos e de conduta para as ONGs esteve na ordem do dia das agendas sociais.

d) Mudança de políticas públicas:

Nos diferentes âmbitos de atuação, as associações e ONGs foram bem-sucedidas e conseguiram participar, com o aval das administrações públicas, da elaboração de políticas sociais. Além disso, fizeram a co-gestão de programas e projetos. Um exemplo disso foi a constituição de “conselhos assessores” e “mesas” com a participação de representantes de ONGs, da administração pública e da sociedade civil. Os resultados podem ser discutíveis, mas, apesar disso, alguns projetos da União, Estado e município necessitam, agora, da aprovação das ONGs para serem implementados.

CONCLUSÃO

Muitos líderes sindicais reconhecem que a classe operária já não é o motor da história, já que o maior conflito social já não se apóia em trabalho-capital ou em operário-empresário. “A classe operária, em forma de consciência de transformação social, perdeu uma parte importante de seu protagonismo durante o século XX como motor de mudança, por uma razão; porque desapareceu a realidade social e econômica em que se construiu o conceito de classe operária”, afirmam os líderes dos sindicatos espanhóis de Comissões Operárias (CCOO) e União Geral de Trabalhadores (UGT).

De forma similar se manifesta um estudioso do sindicalismo brasileiro (SANDRI, 1994, p.37):

“A crise do sindicalismo não se restringe aos resultados negativos. É hoje uma crise de identidade. Em alguns casos, as centrais sindicais chegaram à conclusão que o sindicato é uma organização 'para os trabalhadores e não uma organização 'dos trabalhadores'”.

Se a classe trabalhadora deixou de ser o motor principal da mudança, qual será, então, o seu futuro? Novamente, aparecem prognósticos e expectativas. Veja a seguir três deles:

- Em primeiro, estão os autores que partem da necessidade de combinação do sujeito racional com as identidades culturais e do eu (TOURAINÉ, MELUCCI). Neste sentido, é necessário combinar a identidade cultural com a democratização política e a defesa do estado social.
- Em segundo, estão os que defendem que o sujeito revolucionário será aquele que reflete e atua - dialeticamente - no vínculo do global com o local (GIDDENS).
- Em terceiro lugar, estão os que vinculam aspectos de resistência comunal. Os movimentos sociais vincularão valores autônomos aos movimentos locais (CASTELLS).

A ação de mudança social promovida ou impulsionada por agente coletivo pode ser analisada a partir dos efeitos e impactos nas políticas sociais e públicas, ao impulso da mudança cultural e de valores e à realização da mudança política. Mas é difícil estabelecer com exatidão o alcance destas mudanças, já que, freqüentemente, a mudança social tem lugar durante décadas ou longos períodos de tempo. No caso da Região Amazônica, o papel do agente coletivo frente à mudança social ainda é hipótese para posteriores estudos sociológicos. A estes fatores, é necessário acrescentar os escassos estudos que analisam o impacto das ações dos movimentos sociais e, especialmente, das ONGs nas mudanças sociais e econômicas nas áreas geográficas e/ou países onde atuam.

Quadro 3. Orientação e impacto dos agentes coletivos nas políticas e nos valores

Atores Sociais	Instrumentos	Impacto nas políticas sociais	Impacto nas políticas públicas	Direção para a mudança cultural e de valores	Direção para a mudança econômica e/ ou política	Possível impacto no Estado do Pará (Amazônia)
Movimentos sociais	Ação não convencional		Limitado	Médio / elevado		Médio
Movimento feminista	Ação não convencional	Elevado	Limitado	Mudanças na interpretação e papel da mulher na sociedade	Limitado	Baixo
Movimento ecológico	Ação não convencional	Baixo	Limitado		Limitado	Médio
Movimento dos Direitos Humanos	Ação não convencional	Baixo	Limitado	Mudanças nas agendas mundiais	Limitado	Elevado
Movimentos populares	Ação não convencional / apelo jurídico	Elevado	Limitado	Consciência ecológica	Democracia no país e na sociedade	Elevado
Movimento operário	Ação não convencional	Elevado	Elevado	Agendas mundiais	Impulsos para sociedade equitativa /democrática /socialista	Baixo
	Ações convencionais	Estado do bem-estar	Estado do bem-estar	Extensão dos direitos		
ONG	Projetos	Médio / elevado	Médio / elevado	Mudança de valores cidadãos	Necessidade de mudança política nas relações econômicas	Elevado
Desenvolver	Projetos	Médio	Médio	em países do Norte		Médio
				Mudança de		

Saúde/ Educação	Projetos	Médio	Médio	valores em geral	Norte –Sul	Médio
Ecologistas	Projetos	Médio	Médio	Mudança de valores em geral	Agir globalmente	Médio / elevado
Estudos	Projetos e análise	Limitado	Limitado	Mudança de valores em geral Limitado		Médio / elevado
Grupos de interesses	Propostas / confecção	Médio / elevado	Médio / elevado	Limitado / formação	Participação agendas	Médio / elevado
Grupos profissionais	Agendas Propostas / Confecção agendas	Médio /elevado	Médio /elevado	Limitado / formação	Participação agendas	Médio / elevado
Movimentos políticos	Parlamento	Baixo	Baixo	Baixo	Mudança radical	baixo
Méios de comunicação no Pará	Técnicos	Baixo	Baixo	Médio	Elevado	Médio / elevado
Mass media	Técnicos	Baixo	Baixo	Médio	Elevado	Elevado
Alternativos	Solidários	Baixo	Baixo	Médio	Baixo	Médio

Nas sociedades avançadas atuais, terá que se acrescentar também uma série de mudanças na estrutura social. Observa-se uma diminuição da classe trabalhadora tradicional vinculada ao trabalho em fábricas. A classe trabalhadora, que era procedente em grande parte de áreas rurais, constituiu um elemento decisivo na história da segunda metade do século XX. Por outra lado, as classes médias cresceram e se tornaram mais complexas.

Na Amazônia Oriental, os médios e grandes empresários formam um grupo reduzido, embora com grande capacidade de influência na economia e na sociedade paraenses, por exemplo. Os outros grupos - os comerciantes, os autônomos e os micro e pequenos empresários - formam categorias distintas que são vistas como “a nova classe trabalhadora”. Trata-se de um grupo numericamente estável.

As investigações sobre a estrutura social na Amazônia se apóiam em diferentes estudos. Os pontos básicos da evolução dos setores sócio-ocupacionais da população entre as décadas de 60 e 90 são os seguintes:

- Um processo de "desruralização" da população ativa muito intenso a partir das décadas de 60 e 70, que provocou o aumento da população urbana.
- Um processo de ampliação dos enclaves mineiro-metalúrgicos e de pólos de desenvolvimento (no município de Barcarena, por exemplo).
- Um processo de terceirização da população ativa, com um conseguinte aumento do trabalho informal.
- Um aumento do setor de autônomos e de microempresários.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo, Cortez, 1995, p.41-54.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha.** São Paulo, Boitempo, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na Ordem Social Moderna.** (Trad. Magda Lopes). São Paulo, Unesp Editora, 1995.

ERSCHENBURG, Th. **Herrschaft der Verbände?** 1955.

FRAENKEL, E. "Die repräsentative und die plebiszitäre Komponente im demokratischen Verfassungstaat", In: Ders. **Deutschland und die westlichen Demokratien.** Stuttgart, p. 113-151, 1958.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina.** Santiago de Chile, CEPAL, 2001.

GIDDENS, A. **Sociología.** Madrid, Alianza Universidad, 2004.

GLORIA GOHN, M. da. **Os sem-terra, ONGs e cidadania.** São Paulo, Cortez, 2000.

GLORIA GOHN, M. da. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo, Edições Loyola. 2004.

GOMEZ GIL, Carlos. **Las ONG en la globalización.** Barcelona, Icaria.

GOOWAR, Walter. **Tierra de nadie.** 1998. www.geocities.com/waltergoobar/Brasil.htm

GRUPOS DE TRABALHO DA ANPOCS. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos.** Brasília, 1983.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis, Vozes, 1990.

HABERMAS, JÜRGEN. **Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social.** Madrid, Taurus, [1981] 1987.

HABERMAS, JÜRGEN. **El discurso filosófico de la modernidad.** Madrid, Taurus, [1985] 1989.

HEBERLE, R. **Enciclopédia de las Ciencias Sociales**, “Movimientos sociales”, pág. 267.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution.** Princenton University Press. 1977.

INGLEHART, Ronald. **El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas.** Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1991.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas.** São Paulo, Cortez Editora, 1989.

KOWARICK, Lucio. **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo, 1988.

KLANDEMANN, B., “A Theoretical Framework for Comparisons of Social Movement participation”, in: **Sociological Forum**, n.8. 1993.

KRIESI, HANS-PETER, “The Political Opportunity Structure of New Social Movements: Its Impact on Their Mobilization”. **Discussion Paper FS III 91-103**, Wissenschaftszentrum Berlin, 1991.

LARAÑA, E.; GUSFIELD, J. **Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad.** Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

MAYNTZ, Renate, **Sociología de la organización.** Alianza, Madrid, 1996.

MOLINS, J. **La teoría de grupos.** Barcelona, ICPS Working Paper núm. 143/ 1998.

MELLÓN, J.A. (Ed.) **Ideologías y movimientos políticos contemporáneos.** Madrid, Tecnos, 1998.

OFFE, CLAUS, **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales.** Madrid, Sistema, 1998.

PÁDUA, José Augusto (Org.) **Ecología e política no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora, Espaço e Tempo, 1987.

PASQUINO, G., en: Norberto Bobbio, Nicola da Heucci, Gianfranco Pasquino, **Diccionario de política,** “Movimientos sociales”, México, Ed. Siglo XXI, p. 278, 1998.

PONT VIDAL, Josep. “La concepció dels moviments socials en la teoria de Jürgen Habermas”. In: **Revista Catalana de Sociologia,** Barcelona, número 7, 1998.

PONT VIDAL, Josep. “El model sistèmic de C.Offe i J.habermas. Elements per a l'estudi analític i comparatiu dels moviments socials. Barcelona, **Perspectiva Social,** número 39, 1997. p.15-34.

PONT VIDAL, Josep. “La investigación de los movimientos sociales desde la Sociología y la Ciencia Política. Una propuesta de aproximación teórica”. In: **Papers. Revista de Sociología,** n. 56, págs.257-272, 1999.

PONT VIDAL, Josep. **La utopía obrera. Historia del Movimiento de los Trabajadores Españoles.** Barcelona, Flor del Viento Ediciones, 2002.

PONT VIDAL, Josep. **La ciudadanía se moviliza.** Barcelona, Flor del Viento Ediciones, 2004.

RAMMSTEDT. O. Soziale Bewegung. Modell und Forschungsperspektiven. In: H.Matthöfer (Hrsg.) **Bürgerbeteiligung und Bürgerinitiativen,** 1977.

RASCHKE, JOACHIM. **Soziale Bewegungen. Ein historisch-systematischer Grundriss.** Frankfurt-New York, 1985.

RUSCHENSKY, Aloísio. **Nexo entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos**, BIB. Rio de Janeiro, n. 46. p. 73-112.

SANDOVAL, SALVADOR, “Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil”, In: PARIS SPINK, (org.) **A cidadania em construção. Uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo, Cortez Editora, 1994.

SANDRI, Adriano. **Sindicalismo em tempos de qualidade total**. Sindieletro-MG. Minas Gerais, 1994.

SCHERER-WAREN, Ilse. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

SENA DUTRA, Manuel José. **Regionalismo e discurso separatista no Pará: o movimento pela criação do Estado do Tapajós**. NAEA/UFPA. Dissertação de Mestrado, 1997.

SZTOMPKA, P. A **Sociologia da mudança social**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

TARROW, S. **El poder en movimiento**. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política, 1997.

TEZANOS, J.F., “El socialismo y los nuevos movimientos sociales”. In: Guerra, A.; Giner, S.; Cotarelo, R.G. **Nuevos horizontes teóricos para el socialismo**. Madrid, Editorial Sistema, 1987.

TOURAINE, ALAIN. **Movimientos sociales de hoy. Actores y analistas**. Barcelona, Editora Hacer, 1990.

VALE SILVA, Nelson do. **Cambios sociales y estratificación en el Brasil contemporáneo (1945-1999)**. Santiago de Chile, NNUU / CEPAL, 2004, p.40-45.

Revisão de texto: Cary John Rocha de oliveira